

Prefácio

Neste livro reúno uma série de ensaios que escrevi sobre os pactos políticos no Brasil. Pactos políticos são alianças de classes ou de frações de classes que se formam para o exercício efetivo do poder político. As classes sociais, definidas por sua inserção nas relações de produção, não têm um comportamento político e ideológico homogêneo, muito menos monolítico. É freqüente que, em uma formação social capitalista como a brasileira, se dividam e que as diversas frações formem alianças.

A análise destas alianças e, em conseqüência, dos pactos políticos que se formam, é uma tarefa fundamental dos cientistas políticos. Mas é também uma tarefa cheia de riscos e incertezas, já que não existem métodos de pesquisa científica adequados para avaliar o comportamento político das classes sociais. Desde o clássico *18 Brumário de Napoleão Bonaparte*, Marx estabeleceu o padrão para esse tipo de análise. Gramsci, com seu conceito de bloco histórico, avançou no plano teórico. Isto não impediu, entretanto, que os cientistas políticos, nesse tipo de trabalho, ficassem sempre sujeitos aos erros derivados, de um lado, dos condicionantes ideológicos do analista e, de outro, do caráter exploratório e intuitivo das análises macropolíticas envolvidas no estudo dos pactos políticos, por mais que se procure fundamentá-las com elementos empíricos e ampará-las em conceitos e modelos da ciência política.

Os conceitos e a terminologia no campo das ciências sociais são sempre imprecisos. Muitas vezes, por exemplo, pacto político é confundido com pacto social, quando convém distinguir os dois

conceitos. Os pactos políticos organizam as classes e frações de classes em torno de partidos ou alianças de partidos em função do exercício do poder político. Já os pactos sociais podem ser entendidos como um tipo de acordo entre os trabalhadores e a burguesia com vistas à manutenção da ordem social e econômica. O pacto social supõe que há duas grandes classes em confronto — a burguesia e os trabalhadores — sendo necessário, para que a sociedade capitalista funcione, que haja um acordo informal ou um acordo formal (tipo pacto de Moncloa) que estabeleça concessões mútuas. Já o pacto político pressupõe a existência de um pacto social e admite, adicionalmente, que as classes sociais não são monolíticas mas tendem a dividir-se, em função da disputa objetiva do poder do Estado. Aqui tratarei de pactos políticos mais do que de pactos sociais, embora ambos os fenômenos estejam interligados.

A primeira parte deste livro tem caráter introdutório. O primeiro capítulo, “Seis interpretações sobre o Brasil”, é uma tentativa de redução do pensamento intelectual brasileiro a seis grandes interpretações, duas anteriores a 1964 e quatro posteriores. Os pactos políticos são um elemento central dessa análise. O segundo capítulo, “As duas crises da América Latina”, é uma tentativa de capturar, a partir de uma perspectiva histórica muito geral, a crise dos anos sessenta e a crise atual, dos anos oitenta, dos países latino-americanos.

Na segunda parte do livro, “Do populismo à redemocratização”, examino no terceiro capítulo a ruptura do pacto populista, no final dos anos cinqüenta; mais extensamente, em vários capítulos faço a análise do colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático, a partir de meados dos anos setenta. O último capítulo é uma tentativa de analisar os pactos políticos possíveis depois da redemocratização — a partir de 1985, portanto.

Meu interesse pessoal pelo tema dos pactos políticos é antigo. Data de minhas leituras, em 1954 e 1955, dos notáveis trabalhos de Hélio Jaguaribe nos *Cadernos de Nosso Tempo*. O primeiro ensaio que escrevi sobre o assunto, “O rompimento da aliança com os empresários industriais”, constitui o terceiro capítulo deste livro. É um reflexo dessas leituras à luz dos fatos históricos novos que ocorrem durante o governo Kubitschek. Hélio Jaguaribe foi o mais importante analista — e defensor — do pacto populista, ou seja, da aliança da burguesia industrial com os trabalhadores e a tecnoburocracia estatal, nos anos cinqüenta. Este pacto político entra em crise no final dos anos cinqüenta. Em 1960, quando estudava nos

Estados Unidos, escrevi uma carta a um amigo analisando as eleições de outubro daquele ano que deram a vitória a Jânio Quadros contra o candidato do pacto populista, general Lott. Na carta enumerei os “fatos novos” que inviabilizaram e levaram à crise o pacto populista. Transformei essa análise em um artigo publicado em 1963, na *Revista de Administração de Empresas*, “O empresário industrial e a Revolução Brasileira”. Ampliei, em seguida, a análise em um artigo para a *Revista de Ciência Política*, de Belo Horizonte, que não pôde ser publicado porque a revista foi suspensa com o golpe de estado que depois se transformaria na revolução conservadora de 1964. Afinal, com ligeiras atualizações, publiquei esse artigo como o capítulo V de *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1967*.

Essa análise acabou ignorada pela comunidade acadêmica brasileira, que, após 1964, ao invés de tentar analisar os fatos novos que haviam inviabilizado o pacto populista, decidiu criticar os erros — que de fato ocorreram — dos participantes e analistas teóricos do pacto, ou então simplesmente negar sua existência e pretender que o pacto populista tenha sido uma invenção de analistas comprometidos. Para isso desenvolveram uma interpretação sobre o Brasil que, no primeiro ensaio deste livro, “Seis interpretações sobre o Brasil”, chamei de “interpretação funcional-capitalista”. É uma interpretação ressentida que, na sua versão mais extremada, torna o Brasil capitalista desde Martim Afonso de Souza, negando qualquer conflito de interesses econômicos e políticos entre a burguesia industrial nascente nos anos trinta, quarenta e cinquenta, e a burguesia agrário-mercantil cafeeira, que dominara o Brasil até então. Dessa forma o pacto populista, baseado no surgimento de uma burguesia “nacional”, com interesses conflitantes com os da burguesia agrário-mercantil, que alguns analistas chamavam de pré-capitalista ou semifeudal, tornava-se uma impossibilidade teórica, embora tenha, na verdade, e apesar dos pesares, existido. Em todas as versões a importância da Revolução de 1930 era minimizada e a burguesia era vista como uma classe sempre unida e homogeneamente capitalista pelo menos desde o século XIX.

Não há em “O rompimento da aliança com os empresários industriais” uma crítica a esse tipo de interpretação — essa crítica está presente nas “Seis interpretações sobre o Brasil” —, mas examinei ali os fatos novos que levaram à crise do pacto populista. A partir desses fatos novos não apenas é possível entender a crise do populismo, mas também resgatar a grande contribuição — apesar

de todos os erros — representada pelas análises do grupo dos *Cadernos de Nosso Tempo* que depois se reuniu no ISEB.

Os capítulos 4 a 7 deste livro são uma análise do colapso do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático que se instala no Brasil em 1964. “Após a redemocratização” reúne e desenvolve dois artigos que escrevi em 1977 e publiquei na *Folha de S. Paulo*. A coletânea completa desses artigos, na qual imagino estar contida uma teoria sobre o processo de redemocratização que então se iniciava no Brasil, foi publicada como livro, *O Colapso de uma Aliança de Classes*, pela Editora Brasiliense, em 1978. O capítulo 5, “A dialética da ‘abertura’ e da redemocratização”, é uma tentativa de interpretação teórica global do processo de redemocratização. O capítulo 6, “A sociedade civil e os limites da ‘abertura’”, retoma o tema a partir dos acontecimentos após as eleições de novembro de 1982. O capítulo 7, “Da união nacional à incerteza”, é uma coletânea de artigos jornalísticos selecionados, que cobre o período entre julho de 1983, quando escrevi o capítulo 6, e a morte de Tancredo Neves. O livro termina com um ensaio escrito especialmente para ele, “Os pactos políticos possíveis depois da redemocratização”, cujo título é auto-explicativo. Vejo a possibilidade de formação de dois pactos políticos alternativos, um pacto popular democrático ou um pacto liberal burguês, que substituiriam a transitória união nacional estabelecida por Tancredo Neves durante sua campanha para a Presidência.

Para escrever os ensaios deste livro foi essencial para mim o convívio e o debate com muita gente. Destaco aqui alguns que, em um momento ou em outro, ajudaram-me a pensar sobre os temas aqui tratados: Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Antonio de Almeida Eça, Octávio Frias, Adroaldo Moura da Silva, João Manoel Cardoso de Mello, Ronald Chilcote, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Almeida, Lourdes Sola, Alkimar Moura, Bolívar Lamounier, Gabriel Cohn, Guido Mantega, David Fleischer, Eli Diniz, Leôncio Martins Rodrigues, Sérgio Abranches, Plínio Augusto Dentzien, Phillipe Faucher e Marcos Faria de Figueiredo. Meu agradecimento especial, entretanto, é dirigido a Maria Christina Dias, minha secretária acadêmica, que se encarregou de organizar e revisar este livro.